

## **Acesso e permanência dos estudantes da educação de jovens e adultos (EJA) no espaço escolar**

### **Access and permanence of youth and adult education students (EJA) in the escolar space**

---

***Naildo de Menezes Bezerra***

*Universidad De La Integración De Las Américas*

*Escuela De Postgrado*

*Maestría En Ciências Da Educação*

Minuta descritiva decorrente da pesquisa científica apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação  
Curso de mestrado em Ciências da Educação pela Universidad de la  
Integración de las Américas

Orientador: Dr<sup>a</sup>. Ângela Maria Gonçalves de Oliveira

Coorientador: Dr. Alderlan Souza Cabral

DOI: 10.47573/aya.5379.2.77.19

## RESUMO

O presente estudo trata do acesso e permanência dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos. Tendo como objetivo geral “Identificar como ocorreu o acesso e permanência de alunos da Educação de Jovens e Adultos em uma escola pública Estadual”. Como metodologia foi utilizada uma pesquisa do tipo qualitativa com uso dos métodos de procedimento e de abordagem o estudo de caso indutivo. Versa sobre: fatores que influenciaram de forma negativa o acesso e permanência de alunos da EJA na escola foco desta pesquisa o que poderia ter sido melhorado para facilitar o acesso e permanência de alunos da EJA. Os principais resultados apontam que os alunos apresentam histórias similares. Enxergam a escola como uma possibilidade de ascensão social, de qualificação para alcançarem um bom emprego. Outro ponto a destacar é a necessidade de formação dos professores para lidar com esse público, que se precisa desenvolver políticas públicas que viabilize maior rentabilidade ao ensino.

**Palavras-chave:** educação. professor. jovens. adultos. aluno.

## ABSTRACT

This study deals with the access and permanence of students in Youth and Adult Education. With the general objective “To identify how the access and permanence of students of Youth and Adult Education in a State public school occurred”. As a methodology, a qualitative research was used, using the case study and the inductive method of procedure and approach, respectively. It deals with: factors that negatively influenced the access and permanence of EJA students in the school that is the focus of this research and what could have been improved to facilitate the access and permanence of EJA students. The main results indicate that students have similar stories. They see the school as a possibility of social ascension, of qualification to get a good job. Another point to highlight is the need to train teachers to deal with this public, which needs to develop public policies that make teaching more profitable.

**Keywords:** education. teacher. young. adults. student.

## INTRODUÇÃO

O presente estudo trata da Educação de Jovens e Adultos – EJA, e faz uma abordagem específica sobre o ingresso e a permanência de alunos nessa modalidade de ensino. O tema foi escolhido por ser uma modalidade de ensino comum em muitas escolas públicas e por apresentar, quase sempre, um nível elevado de evasão escolar.

A Constituição Federal de 1988 garante, no Art. 205, a educação como direito de todos e dever do Estado. Nesse Artigo já está garantido o direito de acesso à educação para todos, entretanto, o Art. 208, inciso I, discrimina de forma detalhada a abrangência desse direito, de forma a efetivá-lo, inclusive para aqueles que, por algum motivo, não tiveram acesso na idade apropriada, determinando que: “a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria (BRASIL, 1988, p.117).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que, quanto ao amparo legal, está totalmente coberta, cabendo apenas às instituições educacionais tornarem operacional o que está descrito nas leis de forma que sejam materializadas em políticas públicas efetivas. **Situação Problema:** O problema que motivou este estudo surgiu quando se observou na modalidade de ensino EJA-Educação de Jovens e Adultos, um número elevado de evasão no espaço escolar. Diante disso procurou-se saber: Quais os fatores que influenciaram de forma positiva para o acesso e permanência dos estudantes de Educação de Jovens e Adultos em uma escola pública do município de Manicoré-AM/Brasil.

**Objetivo geral:** Identificar como ocorreu o acesso e permanência de alunos da Educação de Jovens e Adultos da Escola Estadual foco desta pesquisa.

Embora haja uma vasta literatura sobre o tema educação de Jovens e Adultos, há um volume reduzido de estudos que busca apresentar uma análise detalhada sobre todo o processo que rege essa modalidade de ensino, desde o acesso até a permanência e consequente conclusão das etapas necessárias para que o jovem/adulto possa concluir o nível fundamental ou médio e assim ter os meios para dar continuidade aos seus estudos. A modalidade de ensino é fundamental para que jovens e adultos possam retomar os estudos e, com isso, dar o primeiro passo na carreira.

## EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

De acordo com o artigo 37 da lei n. 13.632, de 6 de março de 2018, a EJA é destinada a jovens e adultos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade certa e constituirá uma ferramenta de educação e aprendizagem ao longo da vida.

A partir dessa premissa, a EJA proporciona a continuidade aos estudos para dois públicos alvos específicos, sendo o primeiro os jovens a partir dos quinze anos de idade, que destoam da idade comum aos demais alunos em uma sala de aula de ensino regular. Outro público alvo contemplado com a EJA são alunos que não tiveram acesso à educação, ou tiveram e não deram sequência, e por isso não concluíram o ensino em idade própria.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, a modalidade de Educação de Jovens e Adultos tem três funções: a Função Reparadora, a Função Equalizadora e a Função Qualificadora ou Permanente. Essas funções são baseadas nos objetivos pretendidos com a implantação de uma modalidade que busca reparar as distorções decorrentes das condições sociais, equilibrar essas condições por meio da promoção da inclusão social baseada na educação e promover a efetividade da educação do aluno de forma a mantê-lo em um processo de melhoria contínua.

Soares (2011), diz que a EJA é apontada pelo MEC – Ministério da Educação, como um avanço, visto que reafirmam essa modalidade de ensino como o princípio de equidade e qualificação. As próprias diretrizes curriculares preveem essa implantação de meios para promover a equidade de forma a substituir a ideia anterior de que o ensino de jovens e adultos era apenas uma forma de compensação e suprimento.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos, Resolução CNE/CEB nº 11/2000, definem a EJA como modalidade de educação básica e como direito civil, afastando-se da ideia de remuneração e prestação e em direção à ideia de Reparação, Equidade e Qualificação – que constitui uma conquista e um progresso. (BRASIL, 2002, p. 17)

Desse modo, o texto traz a afirmativa de que as Diretrizes Curriculares surgem tanto para regulamentar a EJA, quanto para firmá-lo enquanto modalidade plena de ensino, que tem como competência, responsabilizar-se pela reparação social, igualdade e qualificação do aluno para a vida em sociedade. Essa função proporciona reais oportunidades para que o adulto possa formar-se ou qualificar-se e estar melhor preparado para vivenciar as oportunidades oferecidas pela vida em sociedade.

A função equalizadora permite que o aluno, ao concluir os seus estudos, encontre o seu lugar ao sol, seu espaço em um ambiente de trabalho mais humanizado. Torna possível que o seu aprendizado vá além do ato de aprender a ler e escrever, fato que ocorria de forma passiva em um passado recente. Sua identidade passa a ser construída no decorrer dos anos na busca por aquisição de conhecimentos que possam melhorar a sua vida, essa procura visa, sobretudo, sua emancipação pessoal das amarras impostas pela “ignorância” que o impedem de progredir.

A Lei de n. 9394/96 incorpora, dentro de sua concepção, a mais ampla introdução no que concerne a EJA e abre novas perspectivas referentes à Educação de Jovens e Adultos, concebida na pluralidade das vivências humanas. À proporção que aponta a seção V, da LBD:

[... Função qualificadora (...)Essa população carente de assistência educacional tardia se divide em três grupos bem distintos: primeiro, os reconhecidamente analfabetos; Em segundo lugar, aqueles que frequentavam a escola passavam pouco tempo lá e, portanto, não tinham tempo para digerir o que aprenderam superficialmente. São os analfabetos funcionais; terceiro, aqueles que estavam na escola em tempo parcial. Estes carecem de uma política de serviço própria que lhes proporcione os meios adequados para a superação da escolarização ou da escolarização inadequada [...] (BRASIL, 1996, p. 310).

Nesse contexto educacional o cidadão educando da EJA toma para si as rédeas da construção de seus conhecimentos, diante da compreensão acerca de seus processos de trabalho, de cultura, de criação, de produção. A EJA se apresenta com essa função que seja possível esse autoconhecimento, enquanto sujeito de um processo educativo, confirmando saberes adquiridos para muito além da educação escolar, ou seja, em sua própria vida.

Essa modalidade de ensino tem a possibilidade de permitir a construção, assim como a apropriação de conhecimentos, que contribuirão para o universo do trabalho e do pleno exercício da cidadania por parte dos alunos. Com isso o aluno tem a possibilidade de atribuir um novo significado às suas experiências socioculturais, moldando suas experiências, contribuindo para a evolução do meio onde está inserido.

A Educação de Jovens e Adultos apresenta-se como uma modalidade de ensino que deixa perceptível que há duas formas de aprender: no ambiente forma escolar e na convivência do dia a dia pelo mundo. Parecem ser situações díspares, mas ao serem olhadas pelo prisma da educação tudo é compreendido como aprendizado e independe da forma como este acontece.

No cenário do mundo globalizado, toma-se conhecimento por todos os sistemas de divulgação de informação que a educação é o único instrumento capaz de mudar o mundo. Assim, se a educação for compreendida de forma técnica, formadora de jovens e adultos, promovendo um aprendizado satisfatório será possível dar continuidade ao processo de ensino deles, incen-

tivando-os a estar sempre em busca de mais aprendizado.

Principalmente quando se refere às políticas públicas, porque se de fato alfabetizar adultos é um processo simples, algo que depende só do método, não é necessariamente precisa uma formação, uma especialização, para quem vai trabalhar diretamente com a alfabetização do adulto.

Para Soek, o alfabetizador da EJA precisa atuar de forma a ser seguido como exemplo pelo aluno, assumindo o seu papel de forma a promover o próprio desenvolvimento a partir do exercício da atividade educacional. Assim, para promover a inclusão do aluno, é necessário que o professor busque realizar a sua inclusão também.

O alfabetizador é percebido não como técnico que se limita a cumprir o que os outros lhe ditam fora da escola, mas como agente ativo de seu próprio desenvolvimento, um profissional que, com base na reflexão de prática, constrói conhecimento, e constrói a si próprio. Para tanto, parte-se do pressuposto de que a constituição da identidade do alfabetizador de jovens e adultos e os próprios alfabetizados precisam se ver e se reconhecerem enquanto sujeitos históricos e sociais da dinâmica educacional. (SOEK, 2009, p. 24)

O professor da EJA precisa ir além da sala de aula para que os alunos possam também participar ativamente do próprio desenvolvimento como pessoa, como cidadão, o ato de ensinar não pode se limitar ao espaço físico da sala de aula, nem no conteúdo pré-determinado dentro do programa educacional. O professor precisa estimular em si uma identidade consciente de seu papel como educador e desse papel no desenvolvimento pleno do estudante, para que este possa usufruir o direito que lhe foi suprimido, o direito de ter acesso a uma educação de qualidade.

## **Diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos**

De acordo com a Conferência Nacional de Educação Básica realizada em 2008, para a efetivação da educação de jovens e adultos é necessário consolidar uma política de educação de jovens e adultos (EJA) que será implementada para garantir a educação integral, alfabetização e os demais níveis escolares ao longo da vida, incluindo aqueles em situação de privação de liberdade. Essa política, pautada pela inclusão e qualidade social, prevê um processo administrativo e de financiamento que assegure a igualdade de condições da EJA em relação às demais fases e modalidades da educação básica, a implantação do sistema integrado de monitoramento e avaliação e uma política de formação específica, com formação constante para o professor que atua nesta forma de ensino.

Ao compreender o funcionamento da EJA, sob os parâmetros das Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Surge a reflexão sobre as suas práticas executáveis. A formação continuada permite ao aluno permear por todo o processo de ensino-aprendizagem para que assim ele tenha o seu saber reestruturado em consonância com o preparo que abarca a história de seu alfabetizador, sendo este comprometido com a sua profissão, dotado de um caráter afetivo para lidar com o educando de idade igual ou superior aos quinze anos.

Soek (2009, p.36) ressalta sobre a alfabetização o seguinte:

A alfabetização como processo educativo deve ser pensada como resultado de um trabalho coletivo e historicamente situado. É um produto das relações interpessoais e, portanto, passível de mudanças, assim como a linguagem, que não é apenas adequada para a troca de informações, nem se constitui apenas como instrumento de comunicação, seja oral ou escrita. Sua dimensão significativa vai muito além disso, pois é por meio dela que

o pensamento se organiza e se expressa nas interações sociais. A linguagem envolve ações complexas e oferece operações mentais e abstrações, ou seja, traduz a realidade de forma simbólica.

Para Soek, o professor, enquanto alfabetizador, precisa iniciar seu processo de ensino a partir de princípios que apontam para a ação-reflexão-ação, que precisa estar de acordo com a formação continuada. É de significativa relevância que o alfabetizador da EJA abstraia para si a consciência de como valorizar o outro. Isso é uma ação importante para que o aluno adquira, durante toda a sua existência, um conhecimento que irá lhe proporcionar uma nova perspectiva sobre si mesmo, enquanto cidadão emergente a partir do seu desenvolvimento cultural.

A linguagem usada pelo professor em sala de aula precisa ser de fácil compreensão, pois há de se levar em conta que a EJA é uma modalidade de ensino que está alfabetizando pessoas que não são mais crianças. Logo o emprego de uma linguagem “simplória” deve ser o elo entre este alfabetizador e o alfabetizando

Marcos Bagno (2007, p. 9) em sua obra *Preconceito linguístico: O que é? Como se faz?* Explica que:

O preconceito linguístico está ligado, em boa medida, à confusão que foi criada, no curso da história, entre língua e gramática normativa. Nossa tarefa mais urgente é desfazer essa confusão. Uma receita de bolo não é um bolo, o molde de um vestido não é um vestido, um mapa-múndi não é o mundo (...). Também a gramática não é a língua.

Para que haja uma melhor aquisição de informação por parte do aluno da EJA, é preciso que se entenda que, por vezes, ocorrerão situações em sala de aula, nas quais o professor precisará manter total atenção para compreender que a linguagem trazida por seus alunos está intrinsicamente ligada a suas raízes. Isso não quer dizer que haja uma total falta de fluência sobre a Língua Portuguesa; isso quer dizer apenas que o professor alfabetizador da EJA detém um conhecimento sobre a língua, porém, não pode se sobrepor à cultura que o alunado traz consigo.

O perfil autoritário não pode ser o perfil de um educador da EJA, senão se tornará o gerador de problemas e dificuldades na aprendizagem, o que tem sido expandido em níveis quase generalizados, pois não ocorre apenas na EJA, estão presentes em todos os ciclos e níveis escolares. A concepção de Freire (1987, p. 16) sobre isso é a seguinte:

Os movimentos de rebeldia, especialmente dos jovens, no mundo de hoje, que inevitavelmente revelam peculiaridades dos espaços em que ocorrem, manifestam-se em sua profundidade na preocupação com o homem e as pessoas, como seres no mundo e com o mundo.

A visão de Freire compreende que o profissional da educação, o professor, tem propagado por décadas as conjunturas a fim de que no exercício de sua profissão possa transmitir certezas ao alfabetizando, uma vez que, como todo adulto, necessita de certezas para viver, para que possa encontrar em sua vida a sua função, em face das matérias ministradas pela EJA.

## **Características dos alunos da EJA**

Uma das características mais encontradas nos alunos da EJA é a baixa autoestima. O aluno inferioriza a si mesmo, por possuir dentro de si uma sensação de fracasso, por ver dedos apontados em sua direção. De fato o mundo, a sociedade não deixam passar despercebido quem não se esforça para ultrapassar as barreiras do preconceito. Cabe ao professor a tarefa de psicólogo do saber, porque enquanto a vitimização se fizer presente, a opinião do outro será



esmagadora. Sempre é tempo de aprender, de estipular uma meta pessoal. O aluno precisa interagir com o ambiente escolar, sentir-se parte integrada dele e ter a capacidade de ver além, de entender que a permanência na escola, são apenas vivências tardias que o levaram para um novo e mais alto patamar.

Sobre ações, Freire (1987, p.77) salienta que:

Se a ação livre só é livre na medida em que o homem transforma seu mundo e a si mesmo, se uma condição positiva para a liberdade é o despertar das possibilidades criativas humanas, se a luta por uma sociedade livre não é livre, a menos que se torne uma luta cada vez maior grau de individualidade surge a liberdade [...].

Com relação ao espaço escolar, a contemporaneidade educacional ainda não foi contemplada com especificidades que exaltem a educação e toda a sua abrangência da forma que ela merece. Ou seja, a educação, embora tenha avançado em largos passos nas questões pedagógicas e técnicas, ainda não tem o reconhecimento manifestado por meio de políticas públicas que a valorize de forma adequada. A despeito da questão salarial que envolve o corpo docente, há descaso com relação ao provimento de recursos materiais básicos para a realização das aulas.

Essa realidade gera discrepâncias entre aquilo que é ofertado pela esfera pública e pela esfera privada no que se refere às condições de ensino disponibilizadas para os alunos. Mesmo depois de tanto tempo passado e de conquistas significativas, ainda há um grande abismo entre a qualidade das condições educativas oferecidas às pessoas abastadas e aos que possuem condições financeiras apenas a nível de quase subsistência.

## **Formação de professores na educação de jovens e adultos**

A qualidade e sucesso no processo de ensino aprendizagem está especialmente atrelada à formação do professor e a sua qualificação, o Artigo 62, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96, determina que:

A formação de professores para atuação na educação básica é admitida em nível superior, em cursos de licenciatura, com licenciatura, em universidades e faculdades, como formação mínima para o exercício da docência na educação infantil e realizada prioritariamente nas quatro séries do ensino fundamental. , o oferecido no ensino médio, na modalidade normal. (BRASIL, LDB 9394/96).

Aqueles saberes que os professores aprendem dentro de sua própria prática docente são saberes importantes e que demonstram a sua experiência. A partir da perspectiva freiriana, esses saberes são considerados como ingênuos, porque ainda não se superaram, e ainda não alcançaram a rigorosidade metódica que caracteriza o ensino crítico. Para Freire (1997, p.35) “é ingenuidade oferecer à esperança um poder absoluto de resolução de conceitos, concepções e conteúdo”.

Os saberes da experiência são fundamentais, mas não são suficientes, e é imperativo que, em sua própria formação docente, o educador perceba que o ato de pensar certo não seja simplesmente copiado dos guias de pedagogia. Pelo contrário, para que isso seja a superação da ingenuidade, tem que ser reproduzida pelo próprio professor, fundamentado pelos estudos e em comunhão com o professor, com a sua proposta pessoal de aprendizagem e de linguagem transmitida. Para Vygotsky (1988, p. 97) a linguagem é:

[...] O mais importante sistema de signos para o desenvolvimento cognitivo do ser humano, pois o libera dos vínculos contextuais imediatos. O desenvolvimento dos processos mentais superiores depende de descontextualização e a linguagem serve muito bem para isso na medida em que o uso de signos linguísticos (palavras, no caso), permitem que o indivíduo se afaste cada vez mais de um contexto, o domínio da linguagem abstrata, descontextualizada, flexibiliza o pensamento conceitual e proposicional.

É de grande relevância que a reflexão sobre a prática, a curiosidade ingênua, voltando-se sobre si mesma, perceba-se como tal e vá se tornando crítica. Ou seja, o pontapé inicial para que o professor perca a sua ingenuidade dentro da sala de aula, no ambiente escolar, onde ele esteja como professor e possa conquistar a auto criticidade. Justamente por esse fato, a arrogância não produz sujeitos críticos, mas ingênuos, por serem incapazes de se superar.

Novas ideias e informações podem ser aprendidas e retidas desde que sejam suficientemente claras e disponíveis na estrutura cognitiva do indivíduo e, assim, atuem como âncoras para novas ideias, conceitos ou afirmações. Significativo na estrutura cognitiva pré-existente. (MOREIRA e MASINI, 2006, p. 104)

O arrogante pensa que está pronto quando se vê como o portador indiscutível da verdade, e quando está convencido de que a fração de conhecimento que já conhece é suficiente, perde a consciência do significado de sua prática. A partir daí ele tende a reproduzir os erros que não admite, imaginando que estão certos, tornando-se vítima de sua própria arrogância e intimidando os alunos com ele.

Na formação de professores, o momento fundamental é a reflexão crítica da própria prática. O pensamento crítico sobre a prática de hoje ou a prática de ontem significa que a próxima prática pode ser melhorada. O discurso teórico necessário à reflexão crítica tende a ser tão concreto que pode ser confundido com a prática.

Em relação ao grupo, seu perfil está historicamente consubstanciado na cultura profissional, como patrimônio que garante a sobrevivência do grupo e permite a definição de estratégias de reparação adaptadas a cada realidade sócio-histórica. (ESTRELA, 1997, p.47).

Os professores bem sucedidos nesse exercício de parar e analisar a própria atuação, distanciando-se para compreender melhor a si, abstraindo a prática e transformando-a em conceitos para depois retornar às atividades. Esse retornar se manifesta modificado pela reflexão e por isso conquista grande inteligência pedagógica e, ao mesmo tempo, quanto mais o professor assume esse exercício dinâmico de reflexão crítica sobre a sua própria prática, melhor ele percebe as razões que o levam a se comportar de determinada maneira. O professor se torna capaz de ser o sujeito da própria mudança, agora pelo fato de ter consciência de sua própria situação.

## MARCO METODOLÓGICO

A presente pesquisa deu-se em uma escola pública estadual no município de Manicoré-AM/Brasil Inicialmente foi efetuada consulta junto à gestão da Escola. A seguir foi solicitado junto à secretaria da escola as informações referentes ao total de alunos matriculados na EJA nos anos de 2018 a 2021, bem como o total de desistentes. Essas informações foram compiladas e organizadas em uma tabela específica para análise.

A seguir foram selecionados alunos e professores por amostragem para aplicação de entrevista, visando identificar os fatores que dificultam e facilitam a Educação de Jovens e Adultos, bem como quais as oportunidades de melhorias.



A pesquisa realizada para a elaboração deste estudo foi **exploratória descritiva** com enfoque **qualitativo e quantitativo**. Essa metodologia foi utilizada tendo em vista que a sua utilização associada ao método de abordagem que, embora busque uma generalização de particularidades, permite uma compreensão do objeto de estudo em consonância com o objetivo geral.

Com base na definição das variáveis a partir dos objetivos propostos, foram elaborados roteiros de entrevistas para aplicar junto aos professores e alunos selecionados bem como a secretaria da escola estudada. Após consulta junto à gestão da escola quanto a haver ou não impedimento para a realização da pesquisa, cuja resposta foi favorável à sua realização, foi entregue na secretaria da escola o roteiro de entrevista consolidado em uma tabela a ser preenchida com as informações de alunos matriculados e desistentes da EJA referentes aos anos de 2018 a 2021.

## ANALISE DE RESULTADOS

A presente pesquisa deu-se em época pandêmica do covid-19, neste período as escolas brasileiras estavam parcialmente com modalidades híbridas e remotas. Durante a coleta de dados foi questionado à secretaria se ocorreu alguma situação que pudesse ter influenciado nos resultados e a resposta foi que durante o ano de 2020 iniciou a Pandemia Covid-19 e a escola adotou procedimentos para facilitar a aprovação dos alunos visando não prejudicar o tempo de estudo deles. Isso implicou no resultado de 2020 que teve 100% de aprovação.

Na tabela a seguir estão mais bem explicitados esses números, inclusive com o valor percentual relativo de cada informação.

**Tabela 4 - Total de alunos matriculados, aprovados e reprovados/desistentes**

Ano	Matriculados	Aprovados / %	Reprovados / Desistentes / %
2018	317	205 / 64,67%	112 / 35,33
2019	328	206 / 62,80%	122 / 37,20
2020	242	242 / 100%	00 / 0,00*
2021	213	129 / 60,56	84 / 39,44

**Fonte: o Autor (2021)**

Embora o índice de aprovação esteja acima de 60%, o índice de reprovação ainda é muito alto, considerando uma média acima de 35% levando também em conta a Pandemia em 2020 que fez as escolas adotarem um procedimento para facilitar a aprovação dos alunos.

Mesmo assim, é possível observar que o total de matriculados caiu de forma considerável no ano de 2020 e 2021, porém não é possível identificar que motivou essa queda, uma vez que a matrícula de 2020 ocorreu antes do início da Pandemia Covid-19, induzindo à conclusão de que esta não teve interferência nesse resultado.

Os dados demonstram que, mesmo havendo uma queda acentuada no número de matriculados nos anos de 2020 e 2021 a proporção de reprovados no ano de 2021 foi maior que a ocorrida nos anos de 2018 e 2019. Naqueles anos o percentual de reprovados/desistentes com relação ao total de matriculados foi de 35,33% e 37,20%, respectivamente, porém em 2021 está previsto um percentual de 39,44%.

A justificativa apresentada pela secretaria da escola é que, por causa das condições impostas pela Pandemia Covid-19, assim como o número de matriculados, o total de desistentes ou reprovados sofreu influência. Com o isolamento social, os professores adotaram o ensino remoto com o envio de material e atividades impressas, porém nem todos conseguem acompanhar essa forma de estudar.

Constatou-se que há um esforço por parte da escola fazer com que a Educação de Jovens e Adultos cumpra com as suas funções de forma que seja efetivada a inclusão social dos alunos. Entretanto, apesar de o acesso ser facilitado para a oferta de vagas, há um número considerável de reprovados ou desistentes bem como evadidos.

Quanto aos fatores que contribuem de alguma forma para a permanência dos alunos no curso até sua conclusão, de acordo com os dados levantados, apresenta-se o papel do professor. Embora nenhum dos docentes possui especialização para atuar na modalidade da EJA, torna-se essencial que os docentes compreendam que na atual sociedade globalizada a inovação e a atualização constante são imprescindíveis no processo educativo. É preciso superar a dicotomia entre teoria e prática, pesquisa e ensino, ou seja, a construção de uma prática permeada pelo envolvimento do docente em projetos próprios e fundamentados, reconhecendo toda a complexidade que encontramos na EJA.

A educação na EJA exige uma formação científica técnica e política do educador, onde, aliada a uma prática pedagógica crítica e consciente tornará a construção do conhecimento significativo e consistente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa, assim como a elaboração do artigo permitiu identificar como ocorre o acesso do alunos na modalidade de Jovens e adultos e quais as principais características que um professor deve possuir ao atuar com jovens e adultos, além de compreender a importância de considerar o conhecimento trazido pelo aluno no seu dia-a-dia.

Tornar o aluno um ser crítico, atuante e participativo é requisito básico ao professor. O educador é um mediador do conhecimento em sala de aula e em muitas vezes, o espelho para muitos educandos.

O papel do professor foi evidenciado como fator positivo na maioria das manifestações, inclusive como facilitador para que o aluno pudesse aprender o que foi ensinado evitando frustrações. A duração do curso, comprada com a duração do ensino regular, também foi citado com maior frequência, tendo em vista que isso facilita a conclusão do curso.

Uma condição interessante que foi manifestada é sobre o posicionamento de alguns patrões que procuram facilitar o estudo dos alunos, compatibilizando o horário de forma que o empregado possa chegar a tempo às aulas tendo um mínimo de descanso. Esse nível de consciência tanto do empregador, ao proporcionar tempo para o empregado, quanto do aluno, ao reconhecer que o ato do patrão é um ato de incentivo, se configura em um fator de destaque na colaboração para a permanência do aluno no curso da EJA.

Quanto a sugestões de melhoria para incentivar a permanência dos alunos no curso da

EJA os professores e alunos apresentaram várias sugestões de ações. Para melhor compreensão essas sugestões estão divididas em três categorias de acordo com os responsáveis pelas ações a serem adotadas, ou seja, escola, professores, alunos, autoridades.

As sugestões para a escola: compreender a realidade do aluno, acolher melhor os alunos, melhorar a merenda, divulgar a importância de se concluir os estudos, melhorar a merenda, melhorar as condições do espaço físico, divulgar fotos de alunos que concluíram a EJA, reduzir a frequência de aulas presenciais e mais atividades em casa.

Para os professores: melhorar as aulas, incentivar os alunos a estudar, aulas mais animadas, não faltar para ter todos os tempos de aula. Para o aluno: comprometimento com os estudos.

Para governantes: auxílio financeiro ao estudante e bolsas universitárias para quem conclui o ensino médio na EJA, criar junto à EJA cursos profissionalizantes e disponibilizar cursos extras.

As sugestões a serem adotadas pela escola e autoridades para incentivar a permanência dos alunos no curso da EJA exigem demanda de recursos financeiros, porém em baixo volume, podendo ser utilizados recursos orçamentários já disponíveis apenas melhorando a eficiência dessa utilização. Apesar da exigência ou não de recursos, todas as ações propostas requerem uma mudança de postura, seja da gestão escolar, dos professores e alunos, ou das autoridades com poder de decisão.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Lei nº 9394/96. Disponível em: [portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf). Acesso em 12 dez. 2014.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº. 5.692/71, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. In Política e Educação no Brasil. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

ESTRELA, M. T. (Org.) Viver e Construir a profissão docente. Lisboa: Porto, 1997.

FREIRE, P. A Importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam. 3ª Ed. São Paulo: Autores Associados. 1987.

SOARES, Leôncio José Gomes. Educação de Jovens e Adultos – Diretrizes Curriculares Nacionais. Editora DP&A, RJ, 2011.

SOEK, Ana Maria. Fundamentos e metodologia da educação de jovens e adultos. Curitiba: Editora Fael, 2009.

VYGOTSKI, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1988.